



Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

As Demonstrações Contábeis da Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

Exercício 2018

**MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**
SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, 9.º andar
70070-905 - Brasília/DF

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

JOSÉ MARCELO CASTRO DE CARVALHO

Secretário-Executivo

SERGIO AKUTAGAWA

Diretor de Gestão Interna

GIOVANNI CÂNDIDO DEMATTE

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

NOEMIA SILVA MONTEIRO

Contadora Responsável - CRC n°: 9784/O

EQUIPE TÉCNICA:

Airson de Araujo Souza

Anderson Nunes Vieira

Carlos Alexandre Vieira de Vasconcelos

Maria Helena Kerber

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	5
LISTA DE TABELAS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS	7
APRESENTAÇÃO	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
1 Balanço Patrimonial (BP).....	9
2 Balanço Orçamentário (BO)	11
3. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	16
4. Balanço Financeiro (BF)	17
5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	19
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	21
1.1 Informações Gerais.....	21
1.2 Base de Elaboração.....	22
1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos.....	22
2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	22
2.1 Moeda Funcional e de Apresentação	23
2.2 Disponibilidades.....	23
2.3 Créditos a Curto Prazo.....	23
2.4 Estoques.....	23
2.5 Imobilizado	23
2.6 Intangível.....	23
2.7 Passivos circulantes e não circulantes	24
3 - Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis.....	24
3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	24
3.2. Nota 2 - Valores a Curto Prazo.....	25
3.3. Nota 3 – Imobilizado.....	26
3.4. Nota 4 – Intangível.....	28
3.5. Nota 5 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP).....	28
3.6. Nota 6 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	29
3.7. Nota 7 – Resultados Acumulados	30
3.8. Nota 8 – Atos Potenciais Ativos.....	31
3.9. Nota 9 – Atos Potenciais Passivos	32
3.10. Nota 10 – Operação de Crédito – Mercado Externo	32
3.11. Nota 11 – Pessoal e Encargos Sociais	33
3.12. Nota 12 – Outras Despesas Correntes.....	33

3.13. Nota 13 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas	34
3.14. Nota 14 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	35
3.15. Nota 15 – VPD – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36
3.16. Nota 16 – VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	37
3.17. Nota 17 - VPD – Tributárias.....	37
3.18. Nota 18 – Transferências Financeiras Recebidas.....	37
3.19. Nota 19 – Recebimentos Extraorçamentários	38
3.20. Nota 20 – Despesas Orçamentárias.....	38
3.21. Nota 21 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.....	39

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
CP	Curto Prazo
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
Funpresp	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
TSP	Técnicas Aplicadas ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Execução Orçamentária	13
Tabela 2 – Inscrição de Restos a Pagar Processados (UG)	13
Tabela 3 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (UG)	13
Tabela 4 – Execução Orçamentária Total	14
Tabela 5 – Comparativo da Execução da Despesa	14
Tabela 6 – Execução dos Investimentos	15
Tabela 7 - Saldo de Caixa e Equivalência de Caixa por UG (2018)	24
Tabela 8 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	25
Tabela 9 – Bens Móveis	26
Tabela 10 – Bens Imóveis	27
Tabela 11 – Bens Intangíveis	28
Tabela 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar - CP	29
Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar por UG	29
Tabela 14 – Maiores Credores (UG 370003)	29
Tabela 15 – Resultado Acumulado	30
Tabela 16 – Ajustes de Exercícios Anteriores	31
Tabela 17 – Atos Potenciais Ativos	32
Tabela 18 – Atos Potenciais Passivos	32
Tabela 19 – Pessoal e Encargos Sociais	33
Tabela 20 – Outras Despesas Correntes	34
Tabela 21 – Transferências e Delegações Recebidas	35
Tabela 22 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	35
Tabela 23 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36
Tabela 24 – Pessoal e Encargos	36
Tabela 25 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	37
Tabela 26 – VPD – Tributárias	37
Tabela 27 – Ingressos Financeiros	38
Tabela 28 – Despesa Orçamentária	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dotação Orçamentária – 2018 (atualizada)	12
Gráfico 2 – Comparativo da Execução Total da Despesa	14
Gráfico 3 – Maiores Gastos com Investimentos	15
Gráfico 4 – Disponibilidade em Caixa e Equivalente de Caixa	25
Gráfico 5 – Bens Móveis: Valor Contábil Atualizado	26
Gráfico 6 – Depreciação Acumulada	27
Gráfico 7 – Bens Intangíveis: Valor Contábil Atualizado em Dez/2018	28
Gráfico 8 – Maiores Credores (aguardando decisão Judicial)	30
Gráfico 9 – Despesas Orçamentárias - 2018	39

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno do Poder Executivo do Governo Federal, que tem como responsabilidade a realização de atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Na qualidade de Órgão Central, o ministério exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

A Diretoria de Gestão Interna – DGI, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis da CGU, as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Tais demonstrativos foram extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na data-base de 31/12/2018.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato deste Ministério não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Destaca-se que a CGU tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por este ministério.

As Unidades Gestoras que compõem a CGU são responsáveis por administrar e executar as dotações orçamentárias, financeiras e patrimoniais no sistema SIAFI, com o fim de registrar todos os seus atos e fatos administrativos.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis da CGU, relativas ao exercício de 2018, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas (NE).¹

Brasília-DF 31 de janeiro de 2019

Noemia Silva Monteiro

CRC nº: 9784/O

Contadora Responsável

¹ Para facilitar a navegação entre os demonstrativos e as NE's, há link's tanto nas numerações, constantes dos demonstrativos, quanto nos itens das respectivas Notas Explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

I BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Balanço Patrimonial - Quadro Principal

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		76.183.151	25.460.706
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	74.247.092	7.350.073
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.739.717	17.937.029
Estoques		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		196.341	173.604
ATIVO NÃO CIRCULANTE		129.887.809	126.526.815
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	3	117.204.180	114.079.929
Bens Móveis		30.718.311	30.552.883
Bens Móveis		67.555.858	61.783.645
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-36.837.546	-31.230.762
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		86.485.869	83.527.046
Bens Imóveis		87.464.079	84.027.993
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-978.211	-500.947
Intangível	4	12.683.629	12.446.886
Softwares		12.683.629	12.446.886
Softwares		13.381.346	13.144.603
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-697.717	-697.717
TOTAL DO ATIVO		206.070.959	151.987.521

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		66.145.243	7.655.374
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5	57.818.707	6.254.240
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6	991.126	587.345
Demais Obrigações a Curto Prazo		7.335.411	813.790
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		66.145.243	7.655.374
Resultados Acumulados	7	139.925.716	144.332.146
Resultado do Exercício		-3.413.616	21.654.026
Resultados de Exercícios Anteriores		144.332.928	155.983.820
Ajustes de Exercícios Anteriores		-993.595	-33.305.700
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		139.925.716	144.332.146
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.070.959	151.987.521

Fonte: SIAFI

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo (I)	2018	2017
Ativo Financeiro	74.247.092	7.350.073
Ativo Permanente	131.823.867	144.637.448
Total do Ativo	206.070.959	151.987.521
Passivo (II)	2018	2017
Passivo Financeiro	113.679.981	28.335.104
Passivo Permanente	596.562	6.190.872
Total do Passivo	114.276.543	34.525.976
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	91.794.416	117.461.545

Fonte: SIAFI

Quadro das Contas de Compensação

	NE	2018	2017
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		13.983.523	11.699.559
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		9.161.460	521.660
Direitos Contratuais a Executar		238.008	238.008
Total dos Atos Potenciais Ativos	8	23.382.991	12.459.227
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		10.983.900	9.357.250
Obrigações Contratuais a Executar		99.163.588	93.229.141
Total dos Atos Potenciais Passivos	9	110.147.487	102.586.391

Fonte: SIAFI

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO (R\$)
RECURSOS ORDINÁRIOS (I)		-36.515.173
RECURSOS VINCULADOS (II)		-2.917.716
Educação		-1.808.685
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-48.987
Previdência Social (RPPS)		-570.449
Recursos de Receitas Financeiras		9.453
Operação de Crédito		-497.354
Doações		-1.694
Déficit Financeiro (III) = (I+II)		-39.432.889

Fonte: SIAFI

2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Balanço Orçamentário

Receitas					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				11.677	11.677
Outras Receitas Correntes				11.677	11.677
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				11.677	11.677
RECEITAS DE CAPITAL		2.559.536	2.559.536		-2.559.536
Operações de Crédito					
Operações de Crédito - Mercado Externo	10	2.559.536	2.559.536		-2.559.536
SUBTOTAL DE RECEITAS		2.559.536	2.559.536	11.677	-2.547.859
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.559.536	2.559.536	11.677	-2.547.859
DEFICIT				1.040.230.792	1.040.230.792
TOTAL		2.559.536	2.559.536	1.040.242.469	1.037.682.933

Despesas							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPE- NHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.011.597.687	1.068.653.480	1.031.774.225	995.299.691	930.820.695	36.879.255
Pessoal e Encargos Sociais	11	914.635.901	967.464.671	953.796.450	930.237.163	867.619.512	13.668.221
Outras Despesas Correntes	12	96.961.786	101.188.809	77.977.775	65.062.528	63.201.183	23.211.034
DESPESAS DE CAPITAL		18.500.725	14.000.725	8.468.244	690.204	690.204	5.532.481
Investimentos		18.500.725	14.000.725	8.468.244	690.204	690.204	5.532.481
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.030.098.412	1.082.654.205	1.040.242.469	995.989.895	931.510.900	42.411.737
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.030.098.412	1.082.654.205	1.040.242.469	995.989.895	931.510.900	42.411.737
TOTAL		1.030.098.412	1.082.654.205	1.040.242.469	995.989.895	931.510.900	42.411.737

Fonte: SIAFI

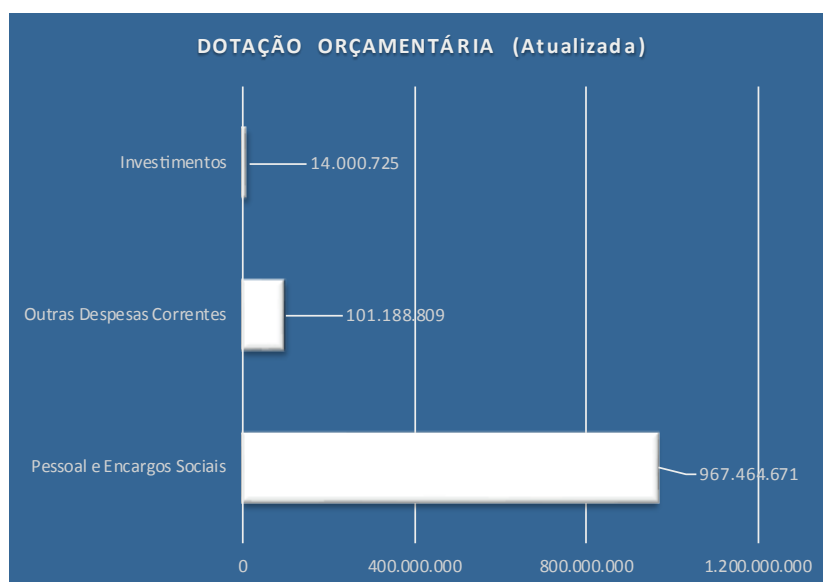
Obs.: A CGU é um órgão integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, não possuindo recursos próprios. Com isso, as análises e Notas Explicativas do BO deste ministério se concentram na fixação e na execução da despesa orçamentária, conforme as observações seguintes.

No exercício de 2018, em observância à Lei Orçamentária Anual nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e suas alterações, CGU contou com uma dotação de despesa, atualizada durante o exercício, da ordem de R\$ 1.082.654.205, sendo R\$ 967.464.671 para "Pessoal e Encargos Sociais", R\$ 101.188.809 para "Outras Despesas Correntes (custeio)" e R\$ 14 milhões para "Investimentos", conforme o gráfico seguinte.

Ressalta-se que parte da dotação de despesa deste ministério foi executada por outras unidades gestoras, ministérios ou entidades, a exemplo das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda e Superintendência do Ministério do Planejamento nos Estados.

Portanto, ao valor total executado (empenhado) de R\$ 1.040.242.469, soma-se o montante de R\$ 27.502.341, que foram executados via destaque orçamentário, perfazendo o montante de R\$ 1.067.744.810 de execução total. Essa informação será melhor analisada na tabela.

Gráfico 1 – Dotação Orçamentária – 2018 (atualizada)



A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária do exercício de 2018, desconsiderando os destaques a outras unidades gestoras, ministérios ou entidades.

Tabela 1 – Execução Orçamentária

	Dotação Atualizada	AH	Despesas Empenhadas	AH	Despesas Liquidadas	AH	Despesas Pagas
Pessoal e Encargos Sociais	967.464.671	99%	953.796.450	98%	930.237.163	93%	867.619.512
Outras Despesas Correntes	101.188.809	77%	77.977.775	83%	65.062.528	97%	63.201.183
Investimentos	14.000.725	60%	8.468.244	8%	690.204	100%	690.204
Total	1.082.654.205	96%	1.040.242.469	96%	995.989.895	94%	931.510.900

Fonte: SIAFI

Importa informar que do total empenhado de “Outras Despesas Correntes” estão inseridos não só os gastos discricionários, como também os benefícios assistenciais aos servidores que são despesas obrigatórias, como auxílio alimentação, restituições e indenizações.

Conforme a Tabela 1, a CGU empenhou, no ano de 2018, cerca de 96% do seu orçamento. Deste valor liquidou 96% e pagou cerca de 94%.

Dessa análise, temos R\$ 44.252.573 de Restos a Pagar Não Processados (RPNP), diferença entre as despesas empenhadas e as liquidadas e, R\$ 64.478.995 de Restos a Pagar Processados (RPP), diferença entre as despesas liquidadas e as pagas.

Os expressivos saldos de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos no exercício de 2018 foram ocasionados principalmente por mudanças no processamento das Ordens Bancárias, afetando principalmente o processamento da Folha de Pagamento dos servidores. As tabelas 2 e 3 demonstram as inscrições em Restos a Pagar por UG.

Tabela 2 – Inscrição de Restos a Pagar Processados (UG)

Unidade Gestora	2018	2017
370002 - Coord-Geral de Gestão de Pessoas	64.179.626	147.622
370003 - Coord-Geral de Licitação, Cont. e Documentação	273.443	62.795
370004 - Coord-Geral de Orçam. Financ. E Contabilidade	112	0
370007 - Prog. Fort. Prev. Comb. Corrup.Gest. Publ. Brasil	25.815	0
Total	64.478.995	210.417

Fonte: SIAFI

Tabela 3 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (UG)

Unidade Gestora	2018	2017
370002 - Coord-Geral de Gestão de Pessoas	24.633.340	884.901
370003 - Coord-Geral de Licitação, Cont. e Documentação	18.034.274	11.299.162
370004 - Coord-Geral de Orçam. Financ. E Contabilidade	592.099	464.601
370007 - Prog. Fort. Prev. Comb. Corrup.Gest. Publ. Brasil	992.861	6.241.295
Total	44.252.573	18.889.959

Fonte: SIAFI

Na tabela seguinte, são demonstrados os valores referentes à execução de todo o orçamento da CGU, incluindo o que foi descentralizado para outros órgãos via destaque.

Tabela 4 – Execução Orçamentária Total

	Dotação Atualizada	AH	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	967.464.671	99%	953.796.450	930.237.163	867.619.512	13.668.221
Outras Despesas Correntes	101.188.809	99%	100.092.722	84.726.723	82.031.909	1.096.087
Investimentos	14.000.725	99%	13.855.638	5.263.587	5.253.477	145.087
TOTAL	1.082.654.205	99%	1.067.744.810	1.020.227.472	954.904.898	14.909.395

Fonte: SIAFI

Dessa forma, constata-se que o orçamento total da CGU foi executado em cerca de 99% em relação à dotação atualizada, apresentando saldo de dotação no encerramento do exercício de 2018 no montante de R\$ 14.909.395, sendo que deste valor R\$ 13.668.221, ou seja, cerca de 92% corresponde a despesas de Pessoal e Encargos.

Em comparação com o exercício de 2017, houve um acréscimo de 8%, correspondendo a cerca de R\$ 77 milhões de variação ocorrida no período, conforme o demonstrativo da tabela a seguir.

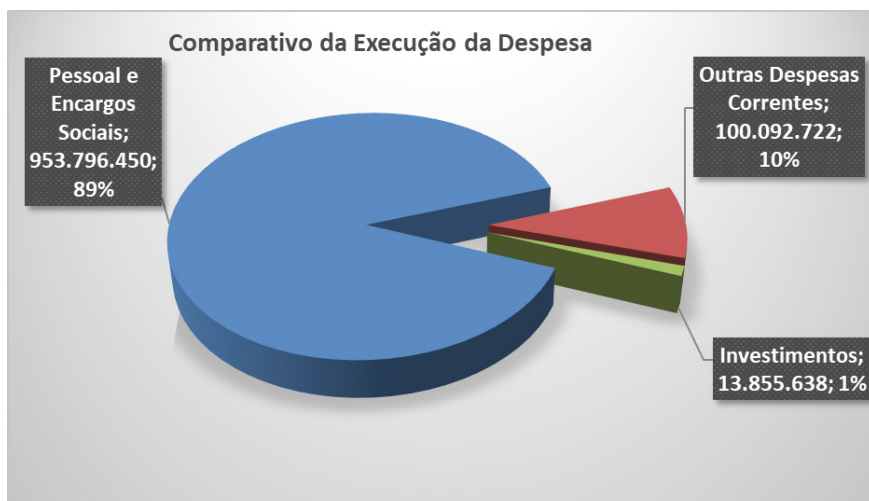
Tabela 5 – Comparativo da Execução da Despesa

	dez/18	dez/17	AH	AV
Pessoal e Encargos Sociais	953.796.450	884.478.890	8%	89%
Outras Despesas Correntes	100.092.722	95.438.759	5%	10%
Investimentos	13.855.638	10.082.928	37%	1%
Total	1.067.744.810	990.000.466	8%	100%

Fonte: SIAFI

No gráfico seguinte, tem-se o comparativo da execução total da despesa no exercício de 2018.

Gráfico 2 – Comparativo da Execução Total da Despesa



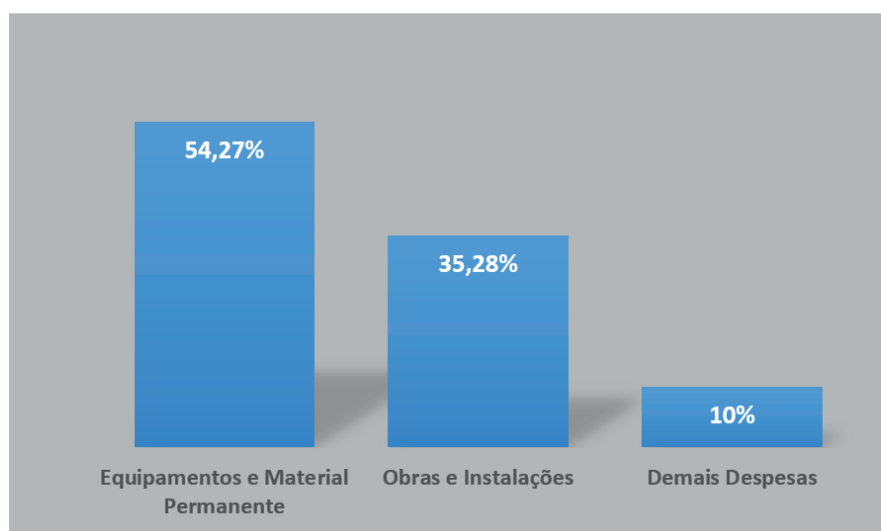
Conforme se verifica, a despesa com Pessoal e Encargos é a mais expressiva, cerca de 89%, não sendo esse um fato exclusivo da CGU. Tal situação demonstra uma realidade em relação às despesas discricionárias, também observada nas demais unidades e órgãos da federação, o que tem aumentado a rigidez orçamentária do setor público.

Em relação à execução orçamentária com investimentos, os elementos de despesas estão detalhados na seguinte tabela de gastos.

Tabela 6 – Execução dos Investimentos

Execução dos Investimentos					
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	AV	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Equipamentos e Material Permanente	7.579.307	7.519.180	54%	815.926	805.816
Obras e Instalações	4.887.932	4.887.932	35%	4.330.425	4.330.425
Material de Consumo	639.626	639.626	5%	36.949	36.949
Outros Serviços de Terceiros - PJ	398.320	398.320	3%	0	0
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunic.	344.602	341.043	2%	10.750	10.750
Despesas de Exercícios Anteriores	150.000	69.537	1%	69.537	69.537
Aplicações Diretas	938,59	0	0%	0	0
TOTAL	14.000.725	13.855.638	100%	5.263.587	5.253.477

Gráfico 3 – Maiores Gastos com Investimentos



Da tabela se verifica que cerca de 90% foram empenhados (executados) nas rubricas “Equipamentos e Material Permanente” e “Obras e Instalações”. No exercício de 2018 foi feita a recomposição de Equipamentos de Processamento de Dados nas Unidades da CGU, gerando um gasto em torno de 7 milhões de reais, e pela construção dos Edifícios Sedes das Regionais de Piauí e Maranhão, que totalizaram cerca de R\$ 4,7 milhões.

3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		437	252
Transferências e Delegações Recebidas	13	2.074.991.240	2.193.447.271
Transferências Intragovernamentais		2.060.803.922	2.069.174.180
Outras Transferências e Delegações Recebidas		14.187.318	124.273.091
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		5.597.484	4.096.317
Reavaliação de Ativos		5.264.882	2.700.000
Ganhos com Incorporação de Ativos		332.603	1.396.317
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	14	13.660.698	3.196.914
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		13.660.698	3.196.914
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		2.094.249.860	2.200.740.754

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos	15	749.152.331	647.426.855
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		203.791.657	162.181.086
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		60.026.234	49.507.795
Transferências e Delegações Concedidas		1.077.562.020	1.319.254.876
Transferências Intragovernamentais		1.061.862.726	1.258.313.388
Transferências a Instituições Privadas			5.000
Outras Transferências e Delegações Concedidas		15.649.294	60.936.489
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16	6.992.188	603.306
Perdas Involuntárias		28.480	578.488
Desincorporação de Ativos		6.963.708	24.818
Tributárias	17	27.469	12.455
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		111.577	100.354
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		2.097.663.476	2.179.086.728
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		-3.413.616	21.654.026

Fonte: SIAFI

4. BALANÇO FINANCEIRO (BF)

Balanço Financeiro

	NE	2018	2017
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias		11.677	3.197.166
Ordinárias		-	3.192.547
Vinculadas		11.677	4.619
Operação de Crédito		11.677	4.619
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	18	2.060.803.141	1.873.097.312
Resultantes da Execução Orçamentária		2.041.332.797	1.853.183.376
Cota Recebida		1.035.311.888	975.385.707
Repasse Recebido		1.231.045	95.263
Sub-repasse Recebido		1.004.781.586	877.702.406
Sub-repasse Devolvido		8.278	
Independentes da Execução Orçamentária		19.470.344	19.913.935
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		14.215.098	11.614.551
Demais Transferências Recebidas		122.145	29.142
Movimentação de Saldos Patrimoniais		5.076.542	120.303
Movimentações para Incorporação de Saldos		56.558	8.149.939
Recebimentos Extraorçamentários	19	123.966.973	20.731.628
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		64.478.995	210.417
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		44.252.573	18.889.959
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.584.969	965.159
Outros Recebimentos Extraorçamentários		13.650.436	666.094
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.700	
Arrecadação de Outra Unidade		13.648.634	666.094
Demais Recebimentos		102	
Saldo do Exercício Anterior		7.350.854	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.350.854	-
Total dos Ingressos		2.192.132.645	1.897.026.106

	NE	2018	2017
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias	20	1.040.242.469	891.634.338
Ordinárias		840.858.511	886.348.991
Vinculadas		199.383.958	5.285.348
Educação		1.400.384	
Seguridade Social (Exceto RGPS)		195.319.184	32.339
Operação de Crédito		2.556.894	5.229.462
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		107.495	23.546
Transferências Financeiras Concedidas		1.061.862.046	985.853.306
Resultantes da Execução Orçamentária		1.032.029.817	973.138.131
Repasse Concedido		27.139.492	95.435.725
Sub-repasse Concedido		1.004.781.586	877.702.406
Cota Devolvida		100.461	
Sub-repasse Devolvido		8.278	
Independentes da Execução Orçamentária		29.832.229	12.715.175
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		11.533.952	9.441.417
Demais Transferências Concedidas		4.050	
Movimento de Saldos Patrimoniais		18.237.670	3.197.166
Movimentações para Incorporação de Saldos		56.558	76.592
Despesas Extraorçamentárias		15.781.038	12.188.389
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		289.959	473.597
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		13.906.110	10.294.565
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.584.969	435.279
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	984.948
Demais Pagamentos			984.948
Saldo para o Exercício Seguinte		74.247.092	7.350.073
Caixa e Equivalentes de Caixa		74.247.092	7.350.073
Total dos Dispêndios		2.192.132.645	1.897.026.106

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R\$ 74.247.092, valor este transferido para o exercício seguinte, conforme se verifica no lado dos dispêndios do BF, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial.

5. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

Demonstrações do Fluxo de Caixa

	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		72.776.570	12.772.057
INGRESSOS		2.075.992.746	1.877.925.730
Receitas Derivadas e Originárias		11.677	3.197.166
Receita de Serviços		-	252
Outras Receitas Derivadas e Originárias		11.677	3.196.914
Outros Ingressos das Operações		2.075.981.069	1.874.728.564
Ingressos Extraorçamentários		1.584.969	965.159
Transferências Financeiras Recebidas		2.060.747.364	1.873.097.312
Arrecadação de Outra Unidade		13.648.634	666.094
Demais Recebimentos		102	
DESEMBOLSOS		-2.003.216.175	-1.865.153.673
Pessoal e Demais Despesas		-832.377.248	-771.597.228
Legislativo		-6.951	-8.831
Essencial à Justiça		-99.526	-
Administração		-642.817.592	-609.440.169
Previdência Social		-189.300.705	-162.086.752
Saúde		-22.809	-29.406
Trabalho		-84.686	-
Educação		-40.678	-12.955
Cultura		-	-7.194
Transporte		-6.000	-
Desporto e Lazer		-	-11.920
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.700	-
Transferências Concedidas		-107.448.470	-106.282.912
Intragovernamentais		-107.398.470	-106.270.412
Outras Transferências Concedidas		-50.000	-12.500
Outros Desembolsos das Operações		-1.063.390.457	-987.273.533
Dispêndios Extraorçamentários		-1.584.969	-435.279
Transferências Financeiras Concedidas		-1.061.805.489	-985.853.306
Demais Pagamentos			-984.948

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-5.879.551	-5.421.985
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-5.879.551	-5.421.985
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5.536.322	-3.365.773
Outros Desembolsos de Investimentos		-343.229	-2.056.211
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21	66.897.020	7.350.073
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		7.350.073	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		74.247.092	7.350.073

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I.1 Informações Gerais

A CGU é o órgão do Poder Executivo Federal, inscrito no CNPJ sob nº 26.664.015.0001-48, e está localizado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) constantes da tabela abaixo:

Unidades Gestoras da Controladoria-Geral da União (CGU)

370001	Diretoria de Gestão Interna	DGI
370002	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	COGEP
370003	Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Documentação	CGLCD
370004	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	CGCOF
370005	Coordenação-Geral de Logística e Patrimônio	CGLPE
370006	Setorial Contábil	SECON
370007	PROG.FORTAL.PREV.COMB.CORRUP.GEST.PUBL.BRASIL	PROPRE-VINE
370008	PROG.FORTAL.PREV.COMB.CORRUP.GEST.PUBL.BRASIL - EXTERIOR	PROPRE-VINE
370095	SPCI/ODP/REC.EXT.	ODP
370096	SPCI/ODP/REC.EXT. - EXTERIOR	ODP
CONTROLADORIAS REGIONAIS DA UNIÃO NOS ESTADOS		
370009	Controladoria Regional da União no Estado do Acre	CGU-R/AC
370010	Controladoria Regional da União no Estado do Alagoas	CGU-R/AL
370011	Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas	CGU-R/AM
370012	Controladoria Regional da União no Estado do Amapá	CGU-R/AP
370013	Controladoria Regional da União no Estado do Bahia	CGU-R/BA
370014	Controladoria Regional da União no Estado do Ceará	CGU-R/CE
370015	Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo	CGU-R/ES
370016	Controladoria Regional da União no Estado do Goiás	CGU-R/GO
370017	Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão	CGU-R/MA
370018	Controladoria Regional da União no Estado do Minas Gerais	CGU-R/MG
370019	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul	CGU-R/MS
370020	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso	CGU-R/MT
370021	Controladoria Regional da União no Estado do Pará	CGU-R/PA
370022	Controladoria Regional da União no Estado do Paraíba	CGU-R/PB
370023	Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco	CGU-R/PE
370024	Controladoria Regional da União no Estado do Piauí	CGU-R/PI

370025	Controladoria Regional da União no Estado do Paraná	CGU-R/PR
370026	Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro	CGU-R/RJ
370027	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	CGU-R/RN
370028	Controladoria Regional da União no Estado do Rondônia	CGU-R/RO
370029	Controladoria Regional da União no Estado do Roraima	CGU-R/RR
370030	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul	CGU-R/RS
370031	Controladoria Regional da União no Estado do Santa Catarina	CGU-R/SC
370032	Controladoria Regional da União no Estado do Sergipe	CGU-R/SE
370033	Controladoria Regional da União no Estado do São Paulo	CGU-R/SP
370034	Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins	CGU-R/TO
370048	Coordenação-Geral de Operações Especiais	SFCOPE

Às Unidades Gestoras nos Estados da CGU cabe precipuamente a gestão patrimonial e não a execução orçamentária e financeira.

1.2 Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da CGU foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observa-se ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações Contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

As Notas Explicativas ora apresentadas são parte integrante das demonstrações contábeis e são peças fundamentais para uma melhor compreensão e análise das demonstrações.

1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que o órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. O Ministério da Transparência e CGU tem observado as práticas contábeis, observando a Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual Siafi, que define, dentre outras, as premissas a serem adotadas no grupo do Imobilizado.

2 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) obedece às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, conforme a seguir:

2.1 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais.

2.2 Disponibilidades

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as disponibilidades do órgão estão mensuradas pelo valor original, uma vez feita a apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

2.4 Estoques

Estes são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo órgão é o Custo Médio Ponderado.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O SPIUnet está integrado com o Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do ministério são:

a) Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 7.2 da Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.

b) Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 6, da referida Macrofunção.

c) Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no Siafi.

2.6 Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

2.7 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

3 - COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Nota I – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalência de Caixa é composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras da CGU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979.

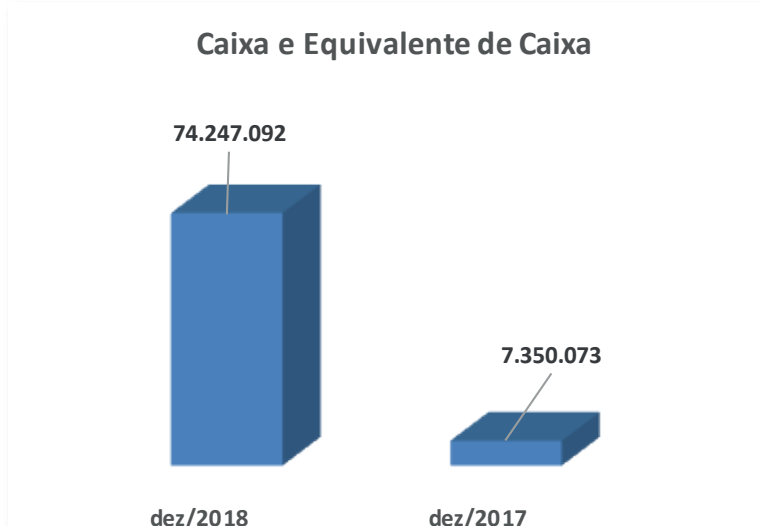
No gráfico a seguir, tem-se a composição do saldo da conta Caixa e Equivalente de Caixa, por UG beneficiada, ao fim do exercício de 2018:

Tabela 7 - Saldo de Caixa e Equivalência de Caixa por UG (2018)

Unidade Gestora	dez/18	dez/17	AH
370001 - Diretoria de Gestao Interna (CGU)	4.030.797,89	4.079.034,11	-1,2%
370002 - Coord-Geral de Gestao De Pessoas	66.408.519,93	1.220.870,40	5339,4%
370003 - Coord-Geral Licitacao, Cont.e Documentacao	3.566.932,46	1.982.611,88	79,9%
370004 - Coord-Geral De Orcam. Financ. e Contabilidade	82.510,64	42.296,68	95,1%
370007 - Prog.Fortal.Prev.Comb.Corrup.Gest. Publ.Brasil	158.331,41	25.259,68	526,8%
Total	74.247.092,33	7.350.072,75	910,2%

Fonte: SIAFI

Gráfico 4 – Disponibilidade em Caixa e Equivalente de Caixa



Obs.: Ao comparar o BP de 2018 com o de 2017, observa-se um acréscimo de 910% na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa”, essa variação se deve aos novos parâmetros de modernização no Sistema de Pagamento, definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, ocorridos no término do exercício de 2018, o que provocou alterações na emissão de Ordens Bancárias, resultando em permanência de saldos, referentes à apropriação da Folha de Pagamento no término do exercício.

3.2. Nota 2 - Valores a Curto Prazo

“Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, além daquelas constantes na conta “Créditos a Curto Prazo”.

Tabela 8 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	dez/18	dez/17	AH	AV
13º Salário - Adiantamento	0	9.871.292	-	-
Adiantamento de Férias	0	7.440.462	-	-
Salários e Ordenados – Pagto. Antecipado	1.737.583	625.274	178%	100%
Suprimento de Fundos – Adiantamento	2.134	0	-	0%
Total	1.739.717	17.937.029	-90%	100%

Fonte: SIAFI

De acordo com as novas rotinas estabelecidas na norma que trata da Folha de Pagamento, definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o ministério efetuou as regularizações nos saldos das contas contábeis de “Adiantamento de 13º Salário” e “Adiantamento de Férias”. Os saldos dessas rubricas foram conciliados com os demonstrativos elaborados pela área de Recursos Humanos, e foram feitos os ajustes necessários para que o saldo das contas apresentasse, em 31/12/2018, somente os adiantamentos de 13º Salário pagos referentes à competência do exercício corrente, bem como, o adiantamento de Férias relativos aos pagamentos de férias (abono constitucional e salário no período de férias proporcional aos dias gozados).

A rubrica “Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado” apresentou uma variação horizontal de 178% em virtude de apropriações de despesas de férias pagas antecipadamente ao longo do exercício.

3.3. Nota 3 – Imobilizado

O Imobilizado do ministério é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens do ministério, em 31/12/2018, totalizavam um saldo contábil de R\$ 30,7 milhões, distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir.

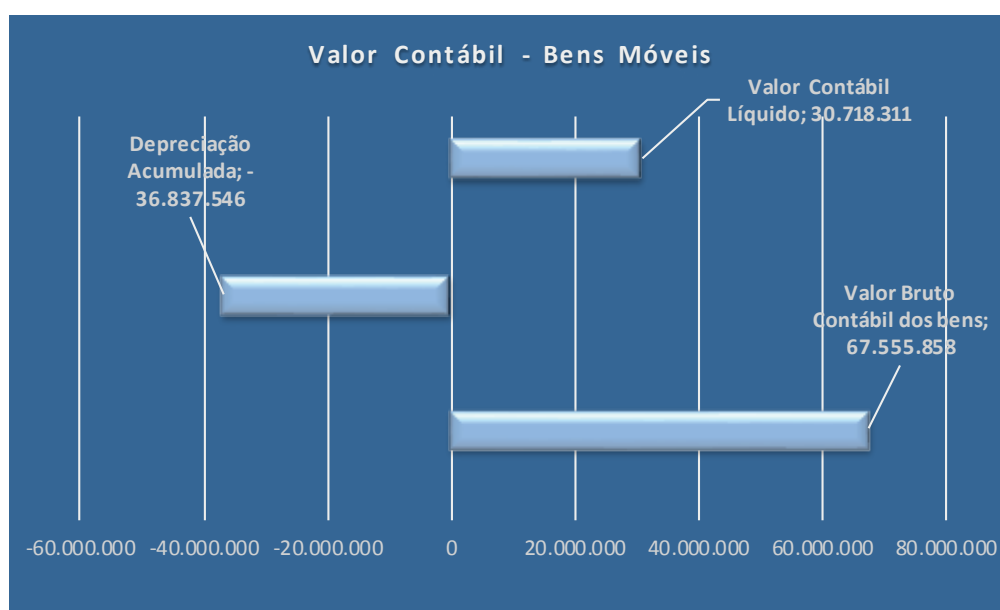
Tabela 9 – Bens Móveis

Bens Móveis (Saldo Contábil)					
Bens Móveis	dez/18	AV	dez/17	AV	AH
Máquinas, Ap. Equip. Ferramentas	6.518.012	10%	6.205.127	10%	312.885
Bens de Informática	36.538.015	54%	32.450.228	53%	4.087.787
Móveis e Utensílios	12.193.766	18%	11.172.295	18%	1.021.470
Material Cult., Educ. e Comunicação	1.286.292	2%	1.193.242	2%	93.050
Veículos	8.649.597	13%	9.103.557	15%	-453.960
Bens Móveis em Almoxarifado	607.835	1%	19.502	0%	588.333
Demais Bens Móveis	1.762.341	3%	1.639.694	3%	122.647
Valor Bruto Contábil dos bens	67.555.858	100%	61.783.645	100%	5.772.213
Depreciação Acumulada	-36.837.546	-55%	-31.230.762	-51%	-5.606.784
Valor Contábil Líquido	30.718.311	45%	30.552.883	49%	165.429

Fonte: SIAFI

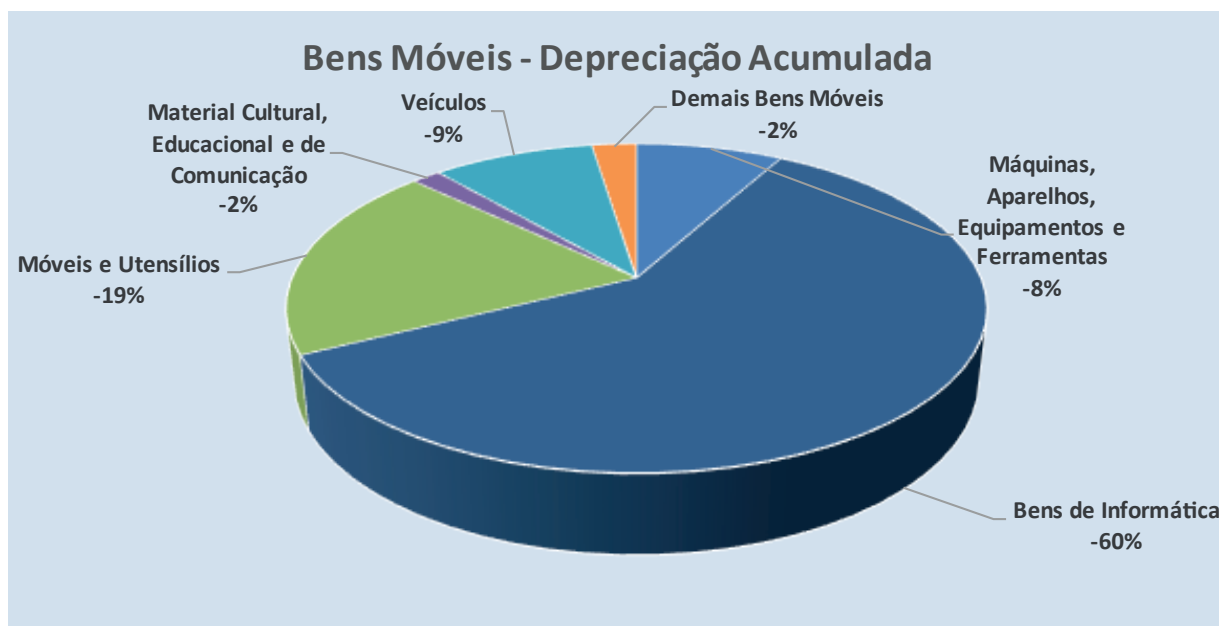
O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens em dezembro de 2018, no montante de R\$ 30.718.311, após a depreciação, ou seja, uma redução pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, em 55% do valor bruto de R\$ 67.555.858 registrados na contabilidade da CGU.

Gráfico 5 – Bens Móveis: Valor Contábil Atualizado



O item de maior depreciação foi bens de informática, que conta com uma depreciação acumulada de 60% de um total de bens depreciados de R\$ 36.837.546, conforme o seguinte gráfico.

Gráfico 6 – Depreciação Acumulada



Bens Imóveis

Na tabela seguinte é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, nos exercícios de 2018 e de 2017:

Tabela 10 – Bens Imóveis

Bens Imóveis – Composição e Saldo Contábil				
	dez/18	AV	dez/17	AV
Bens de Uso Especial	85.116.765	97%	81.680.679	97%
Bens Imóveis em Andamento	87.001	0%	87.001	0%
Instalações	2.260.313	3%	2.260.313	3%
Saldo Contábil Bruto	87.464.079	100%	84.027.993	100%
Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis	-978.211	-1%	-500.947	-1%
Saldo Contábil Líquido	86.485.869	99%	83.527.046	99%

Fonte: SIAFI

Os Bens Imóveis de Uso Especial estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis do Ministério, localizados em Brasília e em suas unidades regionais nos estados, afetados às finalidades da CGU.

As principais alterações ocorridas no exercício de 2018 se referem às Regionais do Acre, que apontou na rubrica “Edifícios” os valores relativos a mudança de classificação de imóveis e reavaliação de imóveis de uso especial e, a Regional de Minas Gerais, que também registrou na rubrica “Edifícios” os valores relativos a mudança de classificação de imóveis e reavaliação de imóveis de uso especial.

O saldo contábil líquido demonstra o valor atualizado dos imóveis em dezembro de 2018, no montante de R\$ 86.485.869, após a depreciação, ou seja, uma redução pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, em 1%, em relação ao valor bruto de R\$ 87.464.079 registrados na contabilidade da CGU.

3.4. Nota 4 – Intangível

A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.

A tabela seguinte demonstra a composição dos bens intangíveis do Ministério e respectivos saldos contábeis.

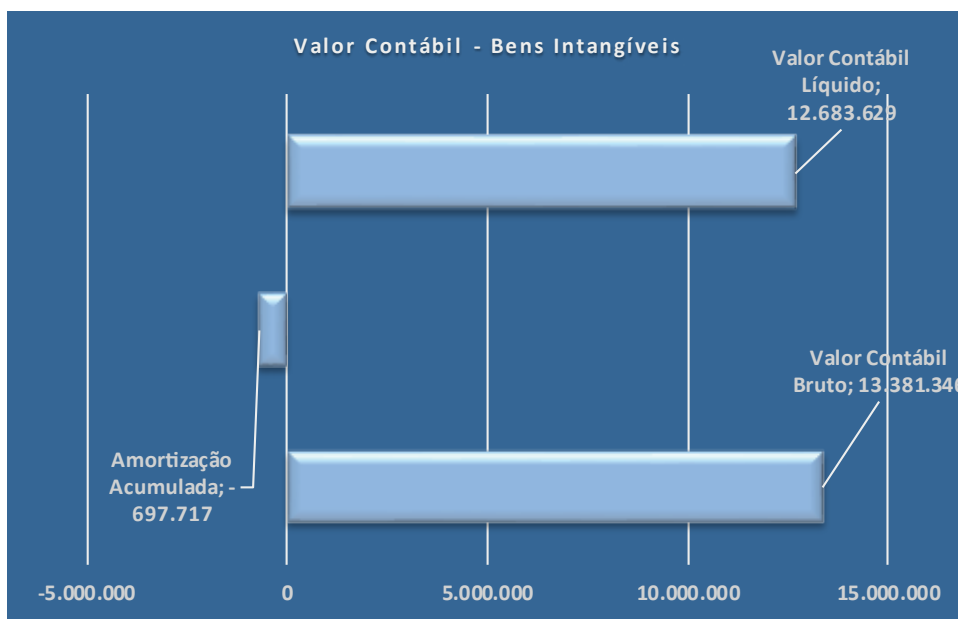
Tabela 11 – Bens Intangíveis

Intangível – Composição e Saldo Contábil				
	dez/18	dez/17	AV	AH
Software com Vida Útil Definida	1.810.049	1.720.449	14%	5%
Software com Vida Útil Indefinida	11.571.297	11.424.154	86%	1%
Valor Contábil Bruto	13.381.346	13.144.603	100%	2%
Amortização Acumulada	-697.717	-697.717	-5%	0%
Valor Contábil Líquido	12.683.629	12.446.886	95%	2%

Fonte: SIAFI

O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens intangíveis em dezembro de 2018, no montante de R\$ 12.683.629, após a amortização acumulada em 5%, em relação ao valor bruto de R\$ 13.381.346, registrados na contabilidade da CGU.

Gráfico 7 – Bens Intangíveis: Valor Contábil Atualizado em Dez/2018



3.5. Nota 5 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP)

A tabela seguinte demonstra a composição da rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”.

Tabela 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar - CP

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (Curto Prazo) R\$			
	dez/18	dez/17	AH
Salários, Remunerações e Benefícios	57.185.693	288.559	19718%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	0	4.762.008	-100%
Férias a Pagar	0	1.203.673	-100%
Total	57.185.693	6.254.240	814%

Fonte: SIAFI

A rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” apresentou no final do exercício uma variação de 814% em relação ao exercício anterior. Tal variação pode ser melhor compreendida ao observar que a rubrica “Salários, Remunerações e Benefícios” apresentou variação de 19.718%, em virtude das mudanças determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional referente aos procedimentos de modernização no Sistema de Pagamento em dezembro de 2018.

As rubricas de “Décimo Terceiro Salário a Pagar” e “Férias a Pagar” tiveram em 31/12/2018 seus saldos ajustados de acordo com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, estabelecidas em norma que trata da Folha de Pagamento.

3.6. Nota 6 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Em 31/12/2018, órgão 37000 – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou um saldo de R\$ 991.126 relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar de obrigações no curto prazo, caracterizando um aumento de 69%, em comparação com o exercício anterior.

A maior variação ocorreu na UG 370003, unidade responsável pela execução financeira do Ministério.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar por UG

Fornecedores e Contas a Pagar por UG - Curto Prazo				
Unidade Gestora	dez/18	dez/17	AH	AV
370002 – COGEP	4.204			0%
370003 – CGLCD	964.107	583.211	65%	97%
370007 – PROPREVINE	22.815	4.133	452%	2%
TOTAL	991.126	587.345	69%	100%

Fonte: SIAFI

Os maiores valores apresentados na UG 370003 se referem a contratos com prazo expirado que, por questões jurídicas e contratuais, estão pendentes de pagamento, aguardando decisão judicial.

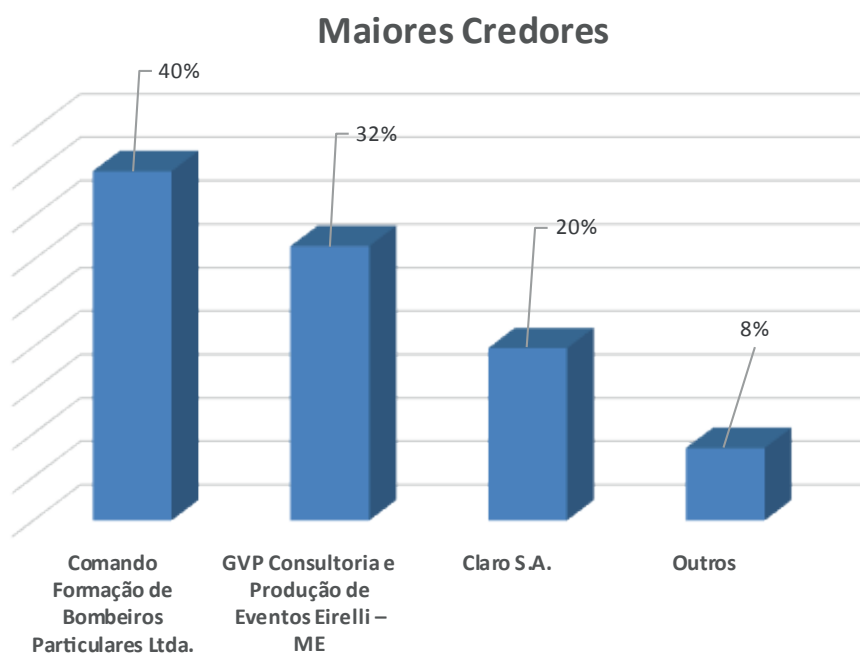
Tabela 14 – Maiores Credores (UG 370003)

Maiores Credores (UG 370003)		
Fornecedor	dez/18	AV (%)
Comando Formação de Bombeiros Particulares Ltda.	387.667	40%
GVP Consultoria e Produção de Eventos Eirelli – ME	304.516	32%
Claro S.A.	191.394	20%
Outros	80.531	8%
TOTAL	964.107	100%

Fonte: SIAFI

Depreende-se que as pendências judiciais do Ministério estão concentradas nas despesas relacionadas à segurança, eventos e telefonia, com 92% do total.

Gráfico 8 – Maiores Credores (aguardando decisão Judicial)



3.7. Nota 7 – Resultados Acumulados

CGU obteve um Resultado Patrimonial Deficitário de R\$ 3.413.616 no exercício em análise, já a situação patrimonial líquida do Órgão em 2018 foi positiva, apesar de ter decaído em comparação ao exercício de 2017, num total de R\$ 4.406.430 (-3%), conforme a seguinte tabela.

Tabela 15 – Resultado Acumulado

Resultados Acumulados				
	31/dez/18	31/dez/17	AH	AV
Resultado do Exercício	-3.413.616	21.654.026	-116%	-2%
Resultados Exerc. Anteriores	144.332.928	155.983.820	-7%	103%
Ajustes Exercícios Anteriores	-993.595	-33.305.700	-97%	-1%
Total do Patrimônio Líquido	139.925.716	144.332.146	-3%	100%

Fonte: SIAFI

A rubrica “Ajustes de Exercícios Anteriores” do exercício de 2018, num total de R\$ 993.595 negativo, está detalhada por Unidade Gestora na tabela a seguir.

Tabela 16 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Ajustes de Exercícios Anteriores – Por Unidade Gestora		
Unidade Gestora	01/dez/18	AV
370002 COGEP	-443.327	45%
370003 CGLCD	-633.170	64%
370004 CGCOF	-801	0%
370007 PROPREVINE	4.133	0%
370009 CGU-REGIONAL/AC	4	0%
370022 CGU-REGIONAL/PB	30.545	-3%
370025 CGU-REGIONAL/PR	49.020	-5%
TOTAL	-993.595	100%

Fonte: SIAFI

Os ajustes realizados na UG 370002, num total de R\$ 443.327, referem-se às despesas com Folha de Pagamento de servidores ativos, inativos e requisitados, relativas a exercícios anteriores.

Na UG 370003, o saldo devedor de R\$ 633.169,78, refere-se, principalmente, a acertos de obrigações e penalidades, provenientes de contratos firmados com a CGU, ou de cursos realizados pela ESAF. Na mesma UG se tem:

Reconhecimento de Passivo com relação à Taxa de Licenciamento Anual 2017 e Seguro Obrigatório de veículo da CGU/SEDE;

Reconhecimento de passivo com relação ao IPTU e à Taxa de Limpeza Pública (TLP), ambos de 2017, referentes à locação de parte de um imóvel em Brasília;

Anulação de despesas de exercícios anteriores registrados indevidamente na conta “Contas a Pagar – Credores Nacionais” (conta P); e

Acertos em contas de bens móveis e de depreciação acumulada, referentes a diferenças observadas entre o sistema SIAFI e o sistema SIADS.

Na UG 370004, os ajustes se referem a ressarcimento de despesas em viagem realizadas por servidores da CGU no exercício de 2017; reversão de depreciação de bens móveis lançada em exercícios anteriores; estorno de registro de doação de bens móveis realizado em 2017 e; ajustes em contas de bens móveis oriundos de conciliação entre SIAFI e SIADS, assim como por acertos patrimoniais referentes a bens doados a outras unidades gestoras.

3.8. Nota 8 – Atos Potenciais Ativos

Atos Potenciais

Segundo o MCASP, os atos potenciais compreendem os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, tem-se a distribuição dos saldos dos atos potenciais ativos por UG, referentes aos exercícios de 2018 e de 2017.

Tabela 17 – Atos Potenciais Ativos

Atos Potenciais Ativos		
Unidade Gestora	2018	2017
370002 - Coord-Geral de Gestao De Pessoas	2.250	-
370003 - Coord-Geral Licitacao, Cont.e Documentacao	22.625.851	11.937.459
370007 - Prog.Fortal.Prev.Comb.Corrup.Gest. Publ.Brasil	497.821	264.576
370009 - CGU/Regional/AC	235.495	235.495
370016 - CGU/Regional/GO	2.513	2.513
370095 - SPCI/ODP/Rec.Ext.	19.060	19.184
Total de Atos Potenciais Ativos	23.382.991	12.459.227

Fonte: SIAFI

3.9. Nota 9 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, tem-se os saldos dos atos potenciais passivos por UG, referentes aos exercícios de 2018 e de 2017.

Tabela 18 – Atos Potenciais Passivos

Atos Potenciais Passivos		
Unidade Gestora	2018	2017
370001 - Diretoria de Gestao Interna (CGU)	5.902.950	8.257.126
370002 - Coord-Geral de Gestao de Pessoas	75.092	75.092
370003 - Coord-Geral Licitacao, Cont.e Documentacao	99.581.779	89.983.126
370004 - Coord-Geral De Orcam. Financ. e Contabilidade	1.237.505	882.108
370007 - Prog.Fortal.Prev.Comb.Corrup.Gest.Publ.Brasil	3.350.162	3.388.939
Total de Atos Potenciais Passivos	110.147.487	102.586.391

Fonte: SIAFI

3.10. Nota 10 – Operação de Crédito – Mercado Externo

Quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual constatou-se a previsão da fonte 148 como sendo arrecadada pela unidade orçamentária 37101. Entretanto, como regra estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional as arrecadações da fonte 148 são registradas na unidade orçamentária 98000 – Ministério da Fazenda. Ou seja, tem-se demonstrado no órgão 37000 a previsão da receita, mas a arrecadação da receita encontra-se registrada no órgão 25000 – Ministério da Fazenda.

3.11. Nota 11 – Pessoal e Encargos Sociais

O valor das despesas com pessoal e encargos sociais apresentou uma variação de 8%, posição dez/2018 em relação a dez/2017, correspondendo, em valores absolutos, a cerca de R\$ 69 milhões, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 19 – Pessoal e Encargos Sociais

Pessoal e Encargos			
	dez/18	dez/17	AH
Aposentadorias e Pensões	204.118.061	174.112.512	17%
Vencimentos e Vant. Fixas - Pessoal Civil	613.545.677	586.728.961	5%
Obrigações Patronais	122.434.768	115.179.493	6%
Contrib. à Entid. Fechadas de Previdência	5.381.350	1.165.222	362%
Ressarc. de Desp. de Pessoal Requisitado	5.711.350	4.856.526	18%
Outras Despesas	2.605.244	2.436.063	7%
Total	953.796.450	884.478.779	8%

Fonte: SIAFI

Da Tabela 16, destaca-se a rubrica de “Aposentadorias e Pensões”, que terminou o exercício com acréscimo em torno de R\$ 30 milhões em relação ao exercício anterior. Os acréscimos na rubrica “Vencimentos e Vantagens Fixas”, na ordem de R\$ 26 milhões, ocorreu em função do reajuste dos servidores públicos federais a partir do início exercício de 2018. O aumento nas “Contribuições à Entidades Fechadas de Previdência” em 362% ocorreu devido à adesão de servidores ao Plano de Previdência do Governo Federal - Funpresp.

3.12. Nota 12 – Outras Despesas Correntes

A seguir são disponibilizados os elementos de despesas do grupo “outras despesas correntes” em ordem decrescente de valor.

Tabela 20 – Outras Despesas Correntes

Despesa Empenhada - Outras Despesas Correntes					
	dez/18	dez/17	AH	AV	Fac
Outros Serviços de Terceiros – PJ	26.471.697	40.071.629	-34%	26%	26%
Locação de mão-de-obra	25.233.311	25.996.286	-3%	25%	52%
Serviços de Tec. da Inf. e Comun. - PJ	15.104.246	-	100%	15%	67%
Auxílio-Alimentação	11.324.464	11.427.600	-1%	11%	78%
Indenizações e Restituições	6.975.761	7.427.724	-6%	7%	85%
Passagens e Despesas com Locomoção	4.699.627	2.955.183	59%	5%	90%
Diárias – Pessoal Civil	3.250.035	2.245.979	45%	3%	93%
Outros Serviços de Terceiros – PF	1.489.933	1.378.734	8%	1%	94%
Outros Benef. Assist. servidor e militar	1.325.291	1.382.560	-4%	1%	96%
Outros Serviços de Pessoa Jurídica (Intern.)	1.137.000	-	100%	1%	97%
Material de Consumo	971.084	893.152	9%	1%	98%
Despesas de Exercícios Anteriores	893.943	401.797	122%	1%	99%
Serviços de Consultoria	431.791	468.487	-8%	0%	99%
Ress. de desp. de Pessoal Requisitado	408.331	265.230	54%	0%	100%
...
TOTAL	100.092.722	95.438.759	95%	100%	-

Fonte: SIAFI

O Grupo de Despesa “Outras Despesas Correntes” apresentou crescimento de quase R\$ 5 milhões no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018. Os Elementos de Despesa que mais contribuíram para esse crescimento foram: “Serviços de Tec. da Inf. e Comun. – PJ”, “Passagens e Despesas com Locomoção” e “Diárias – Pessoal Civil”, com respectivamente, 100%, 59% e 45% de aumento no período 2017/2018. Por outro lado, houve uma queda relevante, na ordem de 34%, nos gastos com “Outros Serviços de Terceiros – PJ”

A rubrica “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ” resultou da alteração da Portaria SOF 163/2001 pela Portaria Conjunta nº 02, de 30 de outubro de 2017 (Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento), que criou o elemento de despesa 40 para classificação das despesas com Tecnologia da Informação, provocando uma mudança na classificação de 2018 em relação a 2017 das Despesas de Serviços Terceiros – PJ.

Os Elementos de Despesa “Diárias – Pessoal Civil e Passagens e Despesas com Locomoção” são decorrentes principalmente da atividade fim do órgão executadas por meio da Ação Orçamentária 2D58 – Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição.

A rubrica de Auxílio-Alimentação, que representa 11% do total do grupo, é resultante da apropriação da Folha de Pagamento dos servidores deste órgão, bem como registros de ressarcimentos de auxílio-alimentação de servidores que estão cedidos a demais órgãos.

3.13. Nota 13 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas, compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições

privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Na tabela seguinte estão discriminados os itens da rubrica transferências e Delegação Recebidas pela CGU.

Tabela 21 – Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e Delegação Recebidas			
	dez/18	dez/17	AV
Transf. Fin. Rec. Tesouro Nac. (cota)	1.035.311.888	975.385.707	50%
Transf. Fin. Rec. outros órgãos (repass)	1.231.045	95.263	0%
Transf. Fin. Rec. unid. CGU (subrepass)	1.004.773.308	877.702.406	48%
Transf. Fin. Rec. para pagamento de RP	14.213.827	11.614.551	1%
Demais Transferências Recebidas	67.640	29.142	0%
Movimentação de saldos entre unidades	5.076.542	120.303	0%
Movimentação de variações patrim.	14.260.432	328.499.898	1%
TOTAL	2.074.934.683	2.193.447.271	100%

Fonte: SIAFI

Neste grupo, constata-se que os itens que apresentaram maior movimentação são oriundas de Cota Recebida e Sub-Repasso Recebido. A conta Cota Recebida tem como função o registro dos valores dos recursos recebidos pelo órgão decorrente de programação financeira correspondente ao orçamento anual e aos restos a pagar inscritos, enquanto que a conta Sub-Repasso Recebido registra os valores recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre unidades do mesmo órgão.

3.14. Nota 14 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

O quadro seguinte discrimina os elementos do item “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”.

Tabela 22 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas				
	dez/18	dez/17	AH	AV
Multas administrativas	1.066.012	1.046.395	2%	8%
Indenizações	7.926			
Restituições	12.570.352	2.150.519	485%	92%
VPA decorrente de fatores geradores diversos	16.408			
TOTAL	13.660.698	3.196.914	327%	100%

Fonte: SIAFI

A rubrica “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” apresentou um aumento de 327% em comparação ao exercício anterior. Conforme demonstrado na Tabela 22, o acréscimo foi proveniente, em sua maioria, de registro de restituições referentes a acordos de leniência. Cumpre esclarecer que os registros dos ingressos das referidas restituições não compõem o orçamento da CGU e são, posteriormente, repassados ao Tesouro Nacional.

Ressalta-se que a Lei nº 12.846, de 01/8/2013, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, definindo no

seu art. 16, § 10, que o Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União – CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal. Por meio da Portaria Interministerial da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União nº 2.278/2016, de 15/12/2016, foram definidos os procedimentos para a celebração do acordo de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 01/8/2013. Logo, há a atuação conjunta deste órgão com a Advocacia-Geral da União.

3.15. Nota 15 – VPD – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 23 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

VPD - Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Varição Patrimonial Diminutiva	dez/18	dez/17	AH
Pessoal e Encargos Sociais	749.152.331,32	647.426.854,88	16%

Fonte: SIAFI

Com relação à rubrica “Pessoal e Encargos”, apesar de ter apresentado um incremento de cerca de 16% entre os valores de 2017 e 2018, a partir do exercício de 2017 houve a modificação de código do órgão de 66000 para 37000, em virtude da extinção da então Controladoria-Geral da União e da criação do Ministério da Transparência. Nesse processo de mudança, as despesas de “Pessoal e Encargos” referentes ao mês de janeiro de 2017 ainda foram executadas no órgão 66000, o que ocasionou consequentemente uma redução do valor das despesas executadas da rubrica no novo órgão – 37000. Tais despesas passaram a ser executadas somente a partir do mês de fevereiro de 2017.

Dessa forma, ao comparar os exercícios de 2017 e 2018 na rubrica de execução de “Pessoal e Encargos” no órgão 37000, o percentual apresentado na DVP não refletia o real percentual, que era de 6% de incremento no período, após a inclusão dos valores executados no órgão 66000, conforme se verifica na tabela 21 seguinte.

Tabela 24 – Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos					
	dez/18	dez/17	AH	AV	Fac
Vencimentos e Salários	517.560.745	476.423.115	9%	69%	69%
Contribuição Patr. Para o RPPS - Intra	106.912.955	115.057.747	-7%	14%	83%
13. Salário - RPPS	49.255.960	47.031.819	5%	7%	90%
Gratificações	25.610.126	24.022.552	7%	3%	93%
Férias - RPPS	15.224.876	14.662.050	4%	2%	95%
Auxílio-Alimentação	10.910.731	11.427.359	-5%	1%	97%
Pessoal Requisitado	5.601.011	5.227.318	7%	1%	98%
Complementação de Previdência	5.375.311	1.165.222	361%	1%	98%
Assistência a Saúde	5.266.044	6.013.662	-12%	1%	99%
Abonos	3.995.269	4.101.538	-3%	1%	100%
Demais despesas	2.363.819	2.131.511	11%	0%	100%
Auxílio Creche	1.075.486	1.150.443	-7%	0%	100%
TOTAL	749.152.331	708.414.336	6%	100%	-

Fonte: SIAFI

Além disso, a Tabela 24 mostra que a variação mais expressiva ocorreu no elemento de despesa “Complementação de Previdência”, no percentual de 361%, devido ao grande número de servidores que optaram pela migração do regime geral de previdência dos servidores federais para o regime privado da Funpresp.

Da tabela, observa-se que 90% da folha em 2018 foi comprometida nos elementos de despesa “Vencimentos e Salários”, “Contribuição Patr. Para o RPPS – Intra” e “13º Salário – RPPS”.

3.16. Nota 16– VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O grupo de despesa “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” apresentou uma variação expressiva no período em análise, conforme a Tabela 25 seguinte, em 1.059%, resultante de baixa de saldo residual nas contas “Adiantamento de Férias” e “13º Salário – Adiantamento”, em atendimento às orientações estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme Macrofunção do Siafi 02.11.42 - Folha de Pagamento.

Tabela 25 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – comparativo				
	dez/18	dez/17	AH	AV
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	28.480	578.488	-95%	8%
Incorporação de Passivos		0		
Desincorporação de Ativos	6.963.708	24.818	27959%	92%
TOTAL	6.992.188	603.306	1059%	100%

Fonte: SIAFI

3.17. Nota 17 - VPD – Tributárias

A rubrica Tributárias apresentou no período uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) em torno de 121%, em relação ao período anterior, resultante de registros de Contribuição para Serviço de Iluminação Pública, referente ao fornecimento de energia elétrica para os prédios de responsabilidade deste órgão.

Tabela 26 – VPD – Tributárias

VPD - Tributárias - Comparativo				
	dez/18	dez/17	AH	AV
Imposto, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.759	9.552	2%	8%
Contribuições	17.710	2.903	510%	
TOTAL	27.469	12.455	121%	100%

Fonte: SIAFI

3.18. Nota 18 – Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras recebidas, assim como as concedidas, refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Em relação às transferências financeiras recebidas, tem-se um montante de R\$ 2.041.332.797, resultantes da execução orçamentária, que corresponde à 94% do total de ingressos de recursos no Órgão, que foi de R\$ 2.192.076.087 no exercício de 2018.

Tabela 27 – Ingressos Financeiros

Ingressos	Valor	AV
Receitas Orçamentárias	11.677	0%
Transferências Financeiras Recebidas	2.060.747.364	94%
Recebimentos Extraorçamentários	123.966.973	6%
Saldo do Exercício Anterior	7.350.073	0%
Total dos Ingressos	2.192.076.087	100%

Fonte: SIAFI

3.19. Nota 19 – Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo: ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e inscrição de restos a pagar.

Da tabela 27, observa-se que as transferências financeiras recebidas (94%) somadas aos ingressos extraorçamentários (6%), correspondem praticamente à 100% do total dos ingressos do exercício de 2018.

No exercício de 2018 ocorreram inscrições em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processado, nos valores de R\$ 64.478.995 e de R\$ 44.252.573, respectivamente, que somados corresponde a 88% do total dos ingressos extraorçamentários no exercício de 2018, que foi de R\$ 123.966.973. Esse fato se deve aos expressivos saldos de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos no exercício de 2018, ocasionados por mudanças no processamento das Ordens Bancárias, afetando principalmente o processamento da Folha de Pagamento dos servidores.

3.20. Nota 20 – Despesas Orçamentárias

Na tabela 28 seguinte, tem-se a execução das despesas orçamentárias do órgão por classe e grupo de natureza de despesa.

Tabela 28 – Despesa Orçamentária

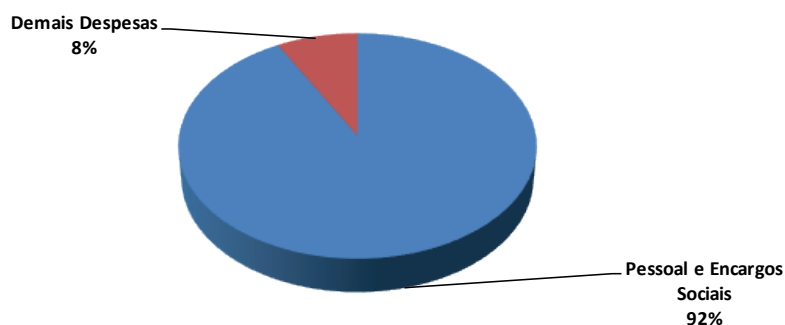
Despesas Orçamentárias	Valor	AV
Despesas Correntes	1.031.774.225	99%
Pessoal e Encargos Sociais	953.796.450	92%
Outras Despesas Correntes	77.977.775	7%
Despesas de Capital	8.468.244	1%
Investimentos	8.468.244	1%
Total das Despesas	1.040.242.469	100%

Fonte: SIAFI

Percebe-se que do total da execução das despesas, somente pelas UG's da CGU, desconsiderando as transferências (destaques), a CGU contou com apenas 8% para os grupos "Outras Despesas Correntes" e "Investimentos", sendo 92% destinados à "Pessoal e Encargos Sociais".

Cabe destacar que na rubrica “Outras Despesas Correntes” constam despesas vinculadas, como benefícios assistenciais aos servidores (auxílio alimentação, restituições e indenizações), o que aumenta a rigidez orçamentária do Ministério.

Gráfico 9 – Despesas Orçamentárias - 2018



3.21. Nota 21 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor de R\$ 66.896.238. Esse valor somado ao valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” (exercício anterior) revelou um montante de R\$ 74.247.09, que corresponde ao Caixa e Equivalente de Caixa, constante do BP.